

Sarney já articula seu acerto de contas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Confirmados os cinco anos de mandato para Sarney, provavelmente quarta-feira, o que fará o presidente da República, em termos políticos, para devolver ao Congresso tantos meses de inquietação e amargura? Nada, dirão os que conhecem a personalidade do presidente, sempre infenso a revanches, vindictas e sucedâneos. Sua carreira política tem sido marcada pela tolerância, a composição e, não raro, o esquecimento dos agravos recebidos, ainda que um caderninho preto todo mundo possua.

No entanto... No entanto, desta vez, poderão estar unidos o útil ao agradável. Sarney precisa de um grande gesto ou iniciativa de vulto para marcar o final de seu mandato perante a História. Em paralelo, tem comido o pão que o diabo amassou, em seu relacionamento com a Assembleia Nacional Constituinte. Não conseguiu governar como pretendia, até agora, por conta da espada de Democles permanentemente suspensa sobre sua cabeça: "Se tomar tal iniciativa, mudo meu voto e ajudo a aprovar a redução do mandato dele", terá sido a frase mais comum a chegar ao Palácio do Planalto, desde a instalação dos trabalhos constituintes. Diretamente ninguém ousou pronunciar-se assim, é claro, mas os meios costumam ser sutis, em política. Tanto que, como em raras vezes no passado, o governo enveredou pelas lições de São Francisco de Assis, dando para receber. Foi um dar sem conta, como diria Vinícius de Moraes, de concessões de rádio e televisão a liberações de verbas federais para Estados e municípios, substituições de diretores de empresas estatais, nomeações, contratações de serviços e muita coisa a mais.

Todo esse jogo marcou o presidente. Irritou-o, ainda que nem em particular tivesse extravasado a irritação. Não passou recibo, seguiu na única linha capaz de garantir-lhe os cinco anos de mandato: engolir sapos. Conquistados, suas preocupações não deverão voltar-se apenas para programas e projetos destinados a caracterizar a fase derradeira de sua administração. Nem só de economia vive um presidente da República.

Por conta disso, alguns rumores começavam a circular no Congresso, na semana que passou. Sarney aproveitaria para acertar algumas contas. De início, e apesar de mil vezes sugerido e anunciado, não reformaria amplamente o Ministério para contemplar os grupos e correntes responsáveis pela aprovação dos cinco anos. Contemplados, aliás, com coisa muito mais concreta, eles já se acham. Isso não significa que, aqui e ali, não pudessem alterar sua equipe de auxiliares principais, como, por exemplo, nomeando Ricardo Fiuza para o Ministério da Indústria e do Comércio, se José Hugo Castello Branco quisesse mesmo sair. Deixaria, po-

rém, de promover o que todo o Centro e adjacências esperam, ou seja, a reformulação ampla do Ministério.

Ficaria aí a reação política do presidente, diante do Congresso? Talvez não. Está em aberto a hipótese de Sarney surpreender o País com uma iniciativa de vulto: poderia enviar mensagem ao Legislativo, no segundo semestre, convocando eleições parlamentares conjuntamente com as eleições presidenciais do ano que vem. Os mandatos de deputados e senadores seriam encurtados de um ano. A justificativa estaria em que, promulgada a nova Constituição, em julho, e dedicando-se os parlamentares à imprescindível tarefa de votar leis complementares e ordinárias, no segundo semestre e no ano que vem, o País ficaria institucionalmente passado a limpo. Nesse caso, faltaria a contrapartida política de eleger o novo presidente da República com um novo Congresso, harmonizando-se os poderes. O sucessor não passaria os apertos que ele passou, de enfrentar um Legislativo hostil e manhoso, ávido de benesses e favores.

Sem tirar nem pôr, é isso aí: o presidente da República poderá pedir a convocação de eleições parlamentares para 1989, junto com as eleições para a sua sucessão. O pronunciamento popular, salvo engano, abriria condições para o novo presidente chegar ao poder respaldado em razoável maioria parlamentar, presumindo-se que venha a se registrar coerência entre os eleitores.

Política e juridicamente, existem argumentos a justificar a medida. E, em termos pessoais, Sarney estaria dando o troco a quem, como em raras vezes na História do Brasil, infernizou a vida de um presidente da República.

Um ano de mandato a menos para deputados e senadores não estaria nos planos deles, e, como seriam eles a decidir, a conversa estaria encerrada. Estaria? Ledo engano. Mensagem presidencial convocando eleições parlamentares junto com eleições de presidente da República teria efeito extraordinário na opinião pública. Os parlamentares seriam obrigados a aprová-la e arriscar a reeleição imediata sabendo que, rejeitando-a, em grande parte marchariam para a derrota inevitável.

Importa ressaltar, não há decisão, sequer informação oficial a respeito. Trata-se, porém, de algo mais do que simples conjecturas ou especulações. Fala-se nisso, na praça dos Três Poderes. Não como vingança, é claro, mas como forma de limpar o terreno para o próximo presidente da República e de viabilizar o funcionamento do País. Se as leis complementares e ordinárias são necessárias a que o Brasil se movimente, uma vez promulgada a nova Constituição, da mesma forma, um presidente eleito no ano que vem, para governar, precisará de um Congresso novo, eleito ao mesmo tempo que ele.

C.C.